

HABEAS CORPUS Nº 493.759 - SP (2019/0045309-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : TALITA SALLAZAR ANTUNES THOMAZINI
ADVOGADO : TALITA SALLAZAR ANTUNES - SP326359
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HEITOR BORGES DA SILVA FILHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Heitor Borges da Silva Filho**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem no HC n. 2010478-72.2019.8.26.0000, mantendo a decisão do Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Bauru/SP, nos autos da Execução n. 393.326, em que foi indeferido pedido de retificação do cálculo de penas para obtenção de benefícios prisionais, nos termos da seguinte ementa (fl. 13):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - INCONFORMISMO COM O CÁLCULO PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS PRISIONAIS - DECISÃO QUE DEVE SER ATACADA PELO RECURSO ADEQUADO - INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA QUE POSSA SER SANADA DE OFÍCIO - DECISÃO BEM FUNDAMENTADA - ORDEM DENEGADA.

Neste Tribunal Superior, a impetrante almeja, liminarmente e no mérito, *seja retificado o cálculo de penas considerando a data do preenchimento do requisito objeto ao regime semiaberto o marco inicial para o cálculo do regime aberto* (fl. 10).

Sustenta, para tanto, que (fls. 6/7):

Após o cumprimento do mandado de prisão e a unificação das penas, o paciente aguardou mais de 06 anos em regime fechado, mesmo estando com o lapso mínimo preenchido e tendo boa conduta dentro do cárcere. As únicas teses da acusação foram a gravidade do crime e a falta de merecimento, no entanto, **o D. Promotor não trouxe aos autos nenhuma evidência desta**

falta de merecimento. Isto, Excelências, porque não há falta de merecimento, pois **o paciente não possui faltas, sempre trabalhou, estudou e manteve a cordialidade dentro da unidade prisional - conduta ótima/boa** (cf. se vê o Boletim Informativo atualizado anexo).

Assim, presente o constrangimento ilegal no presente caso, visto que a Autoridade Coatora negou a retificação do cálculo ao paciente violando de forma desenfreada o cumprimento do Artigo 112 da Lei de Execuções Penais.

É o relatório.

Dúvidas não há sobre o caráter excepcional do deferimento de liminar em *habeas corpus*. Assim, há necessidade de se comprovar, de plano, patente ilegalidade a fim de se atender ao requerimento de urgência. Não me parece ser a hipótese dos autos.

Em um juízo de cognição sumária, afigura-se impertinente aqui e agora pretender discutir questões atinentes à retificação do cálculo de penas para obtenção de benefícios prisionais, por exigir o reexame do conjunto fático-probatório.

A prudência recomenda reservar o pronunciamento definitivo para o momento apropriado.

Afora isso, a pretensão deduzida confunde-se com o mérito desta impetração, inviabilizando o seu deferimento, sob pena de implicar antecipação da prestação jurisdicional a ser submetida à apreciação da Sexta Turma desta Corte.

Indefiro, portanto, a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da 2ª Vara de Execuções Criminais da comarca de Bauru/SP e, com estas, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Após, devolvam-se os autos.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

